



CÂMARA DOS DEPUTADOS
EMENDA Nº - CM

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 766, de 4 de janeiro de 2017

Altera-se os incisos I e II do artigo 4º da Medida Provisória 766/2017, passa vigorar com a seguinte redação:

“.....

I - R\$ 100,00 (cem reais), quando o devedor for pessoa física; e

II - R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando o devedor for pessoa jurídica.”

JUSTIFICATIVA

Os valores das parcelas mínimas, determinadas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 15 de dezembro de 2009, estão descritas em seu art. 18.

Esta alteração visa somente a unificação dos valores já usualmente praticados até a consolidação dos débitos por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da União.

Por essas razões apresento a emenda.

Sala da Comissão, em de fevereiro de 2017.

Deputado ALFREDO KAEFER

